

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Enel Green Power Paranapanema S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis
Regulatórias



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da
Enel Green Power Paranapanema S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Enel Green Power Paranapanema S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração da Enel Green Power Paranapanema S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Paranapanema S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Enel Green Power Paranapanema S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Enel Green Power Paranapanema S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 29 de abril de 2022.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6-F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ-092563/O-1

Enel Green Power Paranapanema S.A.

Balço patrimonial

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.277	9.610
Contas a receber de clientes	5	3.367	4.741
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		-	67
Outros tributos compensáveis		59	53
Créditos com partes relacionadas	10	2.599	3.116
Outros créditos	6	700	612
Total do ativo circulante		<u>8.002</u>	<u>18.199</u>
Não circulante			
Depósitos vinculados a litígios		10	10
Imobilizado	7	94.336	34.443
Intangível	8	107.114	112.084
Total do ativo não circulante		<u>201.460</u>	<u>146.537</u>
Total dos ativos		<u>209.462</u>	<u>164.736</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	3.600	2.200
Folha de pagamento		485	347
Imposto de renda e contribuição social a pagar	11	429	521
Outras obrigações fiscais	11	481	411
Débitos com partes relacionadas	9	17.655	10.261
Dividendos a pagar		12.762	7.041
Taxas regulamentares	12	503	1.111
Outras obrigações		451	124
Total do passivo circulante		<u>36.366</u>	<u>22.016</u>
Não circulante			
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	13	594	3
Total do passivo não circulante		<u>594</u>	<u>3</u>
Patrimônio líquido			
Capital social		147.568	123.350
Reservas de lucros	14	64.611	46.530
Lucros (Prejuízos) acumulados		(39.677)	(27.163)
Total do patrimônio líquido		<u>172.502</u>	<u>142.717</u>
Participação de não controladores			
Total dos passivos e patrimônio líquido		<u>209.462</u>	<u>164.736</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Green Power Paranapanema S.A.

Demonstração de Resultado

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	2021	2020
Receita operacional bruta			
Suprimento de energia elétrica		47.357	38.673
		47.357	38.673
Deduções da receita bruta			
PIS		(1.835)	(294)
Cofins		(397)	(1.358)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(440)	(352)
Compen. Financ. Utiliz. de Recursos Hídricos - CFURH		(555)	(681)
Taxa de fiscalização		(162)	(146)
		(3.389)	(2.831)
Receita operacional líquida	21	43.968	35.842
Custos e despesas			
Energia elétrica comprada para revenda		(16.309)	(464)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(1.221)	(1.196)
Pessoal e administradores	22	(2.395)	(2.049)
Serviços de terceiros		(2.448)	(1.699)
Materiais		(317)	(360)
Seguros		(349)	(110)
Depreciação e amortização		(5.677)	(5.164)
Provisão/reversão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		(778)	-
Provisão/reversão para créditos de liquidação duvidosa		(5)	(6)
Impostos, taxas e contribuições		(104)	(372)
Outras despesas operacionais		(403)	(182)
		(30.006)	(11.602)
Resultado da atividade		13.962	24.240
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	23	(1.075)	(116)
Receitas financeiras	23	245	650
		(830)	534
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		13.132	24.774
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.933)	(1.592)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	-	-
Lucro líquido do exercício		11.199	23.182

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Green Power Paranapanema S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	11.199	23.182
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u>11.199</u>	<u>23.182</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Green Power Paranapanema S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total
	Capital subscrito	A integralizar	Reserva legal	Reserva estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>123.350</u>	<u>-</u>	<u>3.060</u>	<u>29.607</u>	<u>(20.701)</u>	<u>135.316</u>
Deliberação de dividendos adicionais	-	-	-	(8.740)	-	(8.740)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.182	23.182
Destinação de resultado						
Reserva legal	-	-	1.482	-	(1.482)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(7.041)	(7.041)
Reserva estatutária	-	-	-	21.121	(21.121)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>123.350</u>	<u>-</u>	<u>4.542</u>	<u>41.988</u>	<u>(27.163)</u>	<u>142.717</u>
Aumento de capital	39.218	(15.000)	-	-	-	24.218
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.199	11.199
Destinação de resultado						
Reserva legal	-	-	1.186	-	(1.186)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(5.632)	(5.632)
Dividendos adicional proposto	-	-	-	16.895	(16.895)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>162.568</u>	<u>(15.000)</u>	<u>5.728</u>	<u>58.883</u>	<u>(39.677)</u>	<u>172.502</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Green Power Paranapanema S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	11.199	23.182
<u>Conciliação do resultado do período com o caixa das atividades operacionais:</u>		
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	5	55
Provisão para processos judiciais e outros	591	-
Depreciação e amortização	5.677	5.163
Dividendos provisionados e não pagos	(5.632)	-
Repactuação do GSF	(240)	(1.278)
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.933	-
	<u>13.533</u>	<u>27.122</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	1.369	(2.708)
Créditos com partes relacionadas	517	159
Tributos a compensar	61	12
Outros créditos	(88)	328
(Aumento) redução nos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.400	(8.902)
Folha de pagamento	138	(112)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(12)	287
Débitos com partes relacionadas	7.394	8.468
Taxas regulamentares	(608)	291
Outras obrigações	6.048	4
	<u>29.752</u>	<u>24.949</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.943)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	<u>27.809</u>	<u>24.949</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição para o ativo intangíveis e imobilizado	(60.360)	(16.409)
Alienações de imobilizado e intangível	-	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>(60.360)</u>	<u>(16.409)</u>
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento		
Aumento de capital	24.218	-
Dividendos pagos	-	(15.695)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>24.218</u>	<u>(15.695)</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(8.333)	(7.155)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.610	16.765
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>1.277</u>	<u>9.610</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

1. Contexto operacional

A Enel Green Power Paranapanema S.A. (“Companhia”) foi constituída 14 de dezembro de 2015, com sede na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem hídrica, o que ocorreu em 2016.

A Companhia explora o potencial hidráulico de 31,5 MW da UHE Paranapanema, cujo termo final da concessão está previsto para 5 de janeiro de 2036, e está contemplada no Contrato de Concessão de Geração nº 05/2016, com vigência até 30 de dezembro de 2045, em regime alocação de cotas de garantia física e potência.

1.1. Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-

financeiros Pessoas e sociedade

A Enel e suas subsidiárias no Brasil têm adotado o trabalho remoto há alguns anos. Conforme os efeitos da COVID-19 avançaram e tornaram-se pandêmicos, a Companhia decidiu estender o trabalho remoto para todos os dias úteis até junho de 2021 para todos os profissionais elegíveis.

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, cujas atividades são imprescindíveis para a manutenção da prestação do serviço com a qualidade que sempre foi entregue, a Companhia providenciou e disponibilizou para cada profissional equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por COVID-19. Não obstante, a Companhia também estendeu o benefício de saúde, com apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por COVID-19.

O trabalho remoto tem propiciado novas possibilidades de comunicação e operação. A determinação dessa forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só foi possível pelos investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Enel e suas subsidiárias no decorrer dos últimos anos. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para que a Enel e suas subsidiárias colocassem em prática um plano anterior de expansão do trabalho remoto.

Monitoramento e plano estratégico

A Enel e suas subsidiárias têm realizado acompanhamento constante relacionados a estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como a lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da COVID-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

A Enel e suas subsidiárias, adicionaram indicadores de performance para cada área de negócio, o que tem proporcionado de forma tempestiva informações relacionadas às operações, transações e resultados operacionais. Nesse contexto, o alto nível de digitalização foi um fator imprescindível para a aplicação destes indicadores. Através destes indicadores, é possível, de forma confiável, monitorar o nível de operação de suas atividades, a qualidade do serviço prestado, bem como, se aplicável, eventuais reduções em atividades suportes em decorrência do trabalho remoto.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Enel e suas subsidiárias continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

Perspectiva econômico-financeira

A Companhia entende ser prematuro projetar o fim da pandemia da COVID-19, principalmente pela incerteza com relação os efeitos econômicos oriundos do Corona vírus e o prazo em que estes serão totalmente revertidos. Contudo, considerando o processo gradual de imunização iniciado pelas autoridades competentes, a Companhia reconhece a perspectiva positiva de recuperação econômica, redução da taxa de desemprego e estabilidade financeira.

1.2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela ANEEL.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre -ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres

no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas as geradoras privadas, são obrigadas a fazê-lo através de um processo de leilão. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis regulatórias em 29 de abril de 2022.

As demonstrações contábeis regulatórias para fins de atendimento ao órgão regulador, ANEEL, foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução Normativa no. 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações demonstrações regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

Para melhor entendimento do leitor, as principais diferenças de práticas contábeis das demonstrações contábeis regulatórias para as demonstrações contábeis societárias estão adequadamente divulgadas e apresentadas na nota explicativa nº21.

2.2 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis regulatórias são preparadas em reais (R\$), moeda funcional utilizada pela Companhia. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final do período a que se refere o relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado, as exceções são as transações cujos ganhos e perdas são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

3. Políticas contábeis

3.1. Receita de contratos com clientes

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabeleceu um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, este modelo é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca de bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48, reunindo todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração; redução ao valor recuperável; e contabilidade de hedge.

O pronunciamento prevê três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um

passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes. Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa se referem aos recursos mantidos em caixa e em conta corrente com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.4. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com fornecimento de energia faturado, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

3.5. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. O valor residual evida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as quais se

encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016), limitada ao período de autorização.

3.6. Ativo intangível

O ativo intangível é composto pela aquisição do projeto gerador. Esse ativo foi reconhecido pelo custo. O ativo intangível será amortizado durante sua vida útil econômica estimada, limitada ao período de autorização.

3.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

3.8. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.9. Imposto de renda e contribuição social – Lucro presumido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente. Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- a) 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- b) 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

3.10. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Vale ressaltar que as mudanças descritas a seguir dependem de aprovação por parte do órgão regulador para que sejam devidamente refletidas nas demonstrações contábeis regulatórias.

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 estão evidenciadas a seguir:

Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:

- (a) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- (b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- (c) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidenciação e instrumentos financeiros

Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração do CPC 40 e CPC 48. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência.

A Companhia não possui transações sujeitas à taxa variável vinculada à LIBOR.

3.11. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos alterados	novos ou	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado		Prover guidance para a contabilização de transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes		Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis		Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro		Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro		Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture		Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas	Ainda não determinado pelo CFC

Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE

A ANEEL, por meio do Despacho SFF/ANEEL nº 2.904, de 17 de setembro de 2021, decidiu: (i) revisar o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, na dimensão procedimental; (ii) revogar a versão 2015 do MCSE, aprovada pela Resolução Normativa nº 605, de 2014, substituída pela Resolução Normativa nº 933/2021; e aprovar a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. Dessa forma, seus efeitos estarão refletidos na DCR do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

3.12. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para riscos tributários cíveis, arrendamentos e instrumentos financeiros.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia faz uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos e, as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são: provisão para desmantelamento e provisão para processos judiciais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e contas correntes bancárias	727	8.361
Aplicações financeiras		
CDB - Certificado de depósito bancário (a)	<u>550</u>	<u>1.249</u>
Total aplicações financeiras	<u>550</u>	<u>1.249</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.277</u>	<u>9.610</u>

As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”), com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo.

5. Contas a receber de clientes

	<u>A vencer</u>	<u>Vencidos até 90 dias</u>	<u>Vencidos há mais de 90 dias</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Energia Elétrica de curto Prazo - CCEE	436	87	429	952	2.666
Suprimento de Energia - ACR - Ambiente de contratação regulado	2.421	1	71	2.493	2.148
Total	<u>2.857</u>	<u>88</u>	<u>500</u>	<u>3.445</u>	<u>4.814</u>
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(78)	(78)	(73)
	<u>2.857</u>	<u>88</u>	<u>422</u>	<u>3.367</u>	<u>4.741</u>
				Circulante 3.367	4.741
				Não circulante -	-

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Movimentação de provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo no início do exercício	(73)	(67)
Adições (Reversões)	(7) 2	(55) 49
Saldo no final do exercício	<u>(78)</u>	<u>(73)</u>

A provisão para perdas de créditos esperadas é constituída nos valores a receber ou saldo da dívida parcelada, a análise realizada pela Companhia é determinada através de avaliações individuais aplicando premissas e políticas consistentes, bem como julgamentos adequados sobre os valores a receber de seus clientes, avaliando os riscos associados a cada cliente e a probabilidade deste deixar de honrar com aquilo que é estabelecido no contrato celebrado entre as partes, essa análise é feita desde o reconhecimento inicial do direito de receber a contraprestação financeira pelo serviço prestado e produto vendido.

Adicionalmente, a Companhia também considera no modelo de determinação de perda esperada a existência de garantias reais.

6. Outros créditos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Materiais e peças de reposição	208	455
Adiantamentos a empregados	19	35
Adiantamentos a fornecedores	473	120
Outros	-	2
	<u>700</u>	<u>612</u>

7. Imobilizado

Por natureza, o valor do ativo imobilizado é composto da seguinte forma:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor bruto em 31/12/2020	Adições	Transferências	Valor bruto em 31/12/2021	Adições líquidas	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2021
Geração	19.127	-	7.313	26.440	7.313	(2.357)	24.083
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.558	-	2.163	4.721	2.163	(262)	4.459
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	15.717	-	5.150	20.867	5.150	(1.837)	19.030
Veículos	852	-	-	852	-	(258)	594
	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo imobilizado em serviço	19.127	-	7.313	26.440	7.313	(2.357)	24.083
Ativo Imobilizado em Curso	Valor bruto em 31/12/2020	Adições	Transferências	Valor bruto em 31/12/2021	Adições líquidas	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2021
Geração	16.459	61.107	(7.313)	70.253	61.107	-	70.253
Outros	16.459	61.107	(7.313)	70.253	61.107	-	70.253
Total do ativo imobilizado em curso	16.459	61.107	(7.313)	70.253	61.107	-	70.253
Total do Ativo Imobilizado	35.586	61.107	-	96.693	68.420	(2.357)	94.336

A movimentação do ativo imobilizado no exercício está demonstrada a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Ativo imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2021			2020		
		Valor bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Geração		26.440	(2.357)	24.083	19.127	(1.143)	17.984
Custo Histórico	9,00%	26.440	(2.357)	24.083	19.127	(1.143)	17.984
Total do ativo imobilizado em serviço		26.440	(2.357)	24.083	19.127	(1.143)	17.984
Em curso							
Geração		70.253	-	70.253	16.459	-	16.459
Total do ativo imobilizado em curso		70.253	-	70.253	16.459	-	16.459
Total do ativo imobilizado		96.693	(2.357)	94.336	35.586	(1.143)	34.443

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso	Material / equipamentos	Serviços de terceiros	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Depreciação /Amortização	Outros Gastos	Total
Compras em Andamento	3.972	44.932	-	-	-	-	48.904
Adiantamentos a Fornecedores	2.629	-	-	-	-	-	2.629
Outros	-	-	4.020	-	-	1.774	5.794
Total das adições	6.601	44.932	4.020	-	-	1.774	57.327

As principais taxas anuais de depreciação (%) por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015, são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação (%)

Geração

Equipamento geral	6,25%
Equipamento de tomada d'água	3,70%
Estrutura da tomada d'água	2,86%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%

Administração central

Equipamento geral	6,25%
Software	20,00%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na geração de energia elétrica são vinculados ao serviço concedido de geração de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na com as dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço

As principais adições ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	Descrição do bem Tangível	Valor
1	EDIFICAÇÕES, OBRAS E BENFEITORIAS	2.216.136
2	SISTEMA DE AUTOMAÇÃO	2.163.777
3	COMPORTAS MONTANTE UG04	1.801.896
4	SISTEMA DE AUTOMAÇÃO	746.263
5	EDIFICAÇÕES, OBRAS E BENFEITORIAS	740.358
6	SISTEMA DE MALHA DE ATERRAMENTO	193.424
7	COMPORTA VAGÃO TOMADA D'ÁGUA UG06	90.833
8	OBRAS, EDIFICAÇÕES E BENFEITORIAS	56.800
9	PAINEL MEDICAO ENERGIA BRUTA/LIQUI.UG4/5	53.720
10	PAINEL MEDICAO ENERGIA BRUTA/LIQUI.UG7/8	53.720

8. Intangível

O intangível é composto por gastos realizados com o projeto antes de ganhar a concessão e está constituído da seguinte forma:

Intangível	Valor bruto em 31/12/2020	Adições	Reclassificações	Valor bruto em 31/12/2021	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo Intangível em Serviço						
Geração	134.015	240	-	134.255	(26.602)	107.653
Outros	134.015	240	-	134.255	(26.602)	107.653
Total do ativo intangível em serviço	134.015	240	-	134.255	(26.602)	107.653
Ativo Intangível em Curso						
Geração	207	-	(746)	(539)	-	(539)
Outros	207	-	(746)	(539)	-	(539)
Total do ativo intangível em curso	207	-	(746)	(539)	-	(539)
Total do Ativo Intangível	134.222	240	(746)	133.716	(26.602)	107.114

A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir

Ativo intangível	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2021			2020		
		Valor bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Geração		134.255	(26.602)	107.653	134.015	(22.138)	111.877
Custo Histórico	3,00%	134.255	(26.602)	107.653	134.015	(22.138)	111.877
Total do ativo imobilizado em serviço		134.255	(26.602)	107.653	134.015	(22.138)	111.877
Em curso							
Geração		(539)	-	(539)	207	-	207
Total do ativo imobilizado em curso		(539)	-	(539)	207	-	207
Total do ativo imobilizado		133.716	(26.602)	107.114	134.222	(22.138)	112.084

9. Transações com partes relacionadas

Conforme detalhado na nota explicativa nº 15, em 4 de novembro de 2021 foi aprovada a incorporação da Enel Green Power Brasil Participações Ltda. ("EGP Brasil" ou "antiga controladora") pela Enel Brasil S.A., e, como resultado desta incorporação, a EGP Brasil foi extinta e a Enel Brasil S.A. tornou-se sua sucessora e detentora dos saldos patrimoniais, inclusive com partes relacionadas, antes detidos pela antiga controladora.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos e as transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

Enel Green Power Paranapanema S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Natureza	Parte relacionada	31/12/2021			31/12/2020			
		Ativo Circulante	Passivo Circulante	Receita (despesa)	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Receita (despesa)	
Compartilhamento das despesas comuns do grupo / transferência de custos	Enelpower do Brasil Ltda	-	-	-	-	1	-	
	Primavera Energia S.A	-	-	-	80	-	-	
	Enel Green Power Cristal Eólica S.A	-	-	-	1	-	-	
	Enel Distribuição Ceará (Coelce)	97	-	1.057	84	-	955	
	Enel Green Power Fazenda	-	-	877	229	-	626	
	Enel Distribuição Rio (Ampla)	-	-	-	80	-	910	
	Enel Distribuição São Paulo (Eletropaulo)	321	-	3.591	309	-	3.419	
	Central Geradora Temelétrica Fortaleza - CGTF	-	-	-	-	-	944	
	Enel Green Power Cachoeira Dourada - CDSA	164	920	(5.476)	164	-	-	
	Enel Green Power Cabeça Boi S.A	-	112	1.095	291	112	851	
	Enel Green Power Mourão S.A	12	540	(3.546)	11	3	-	
	Enel Green Power Salto Apiacas S.A	630	610	1.407	1.022	83	1.076	
	Ampla Energia E Servicos S.A.	85	-	956	-	-	-	
	Enel Green Power Morro do Chapeu I Eolica S.A.	64	-	753	-	-	-	
	Enel Green Power Morro do Chapeu II Eolica S.A.	60	-	702	-	-	-	
	Celg Distribuicao S.A. Celg D.	108	-	1.208	99	-	1.120	
	Enel Trading Brasil	748	-	4.628	-	-	-	
	Compra e venda de energia	Enel Green Power Sao Goncalo 1 S.A.	33	-	383	-	-	-
		Enel Green Power Sao Goncalo 10 S.A.	33	-	383	-	-	-
Enel Green Power Sao Goncalo 2 S.A.		33	-	383	-	-	-	
Enel Green Power Sao Goncalo 21 S.A.		32	-	383	-	-	-	
Enel Green Power Sao Goncalo 22 S.A.		32	-	382	-	-	-	
Enel Green Power Sao Goncalo 3 S.A.		32	-	382	-	-	-	
Enel Green Power Sao Goncalo 4 S.A.		32	-	382	-	-	-	
Enel Green Power Volta Grande		-	-	-	-	-	2	
Mútuo		Enel Brasil S.A	2	13.754	(230)	-	-	-
		Enel Green Power Brasil Participações Ltda	-	-	(751)	697	9.559	(39)
		Enel Green Power Horizonte MP Solar S.A.	-	81	-	-	6	-
Outras contas a receber / pagar	Quatiara Energia S.A	81	-	-	22	-	-	
	Apiacas Energia S.A	-	180	-	27	176	-	
	Isamu Ikeda Energia S.A	-	321	-	-	321	-	
Suporte operacional	Enel Green Power Spa GLO	-	1.137	-	-	-	-	
		2.599	17.655	8.949	3.116	10.261	9.864	

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2021.

10. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de fornecedores é composto, basicamente, pelo provisionamento das obrigações a pagar aos fornecedores referentes à manutenção das operações da empresa, conforme segue abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Encargo de Uso da Rede	282	18
Compra de energia	7	762
Materiais e serviços	<u>3.311</u>	<u>1.420</u>
Total	<u><u>3.600</u></u>	<u><u>2.200</u></u>

11. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	429	521
Total	<u>429</u>	<u>521</u>

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	5	-
Contribuição para financiamento da seguridade social- COFINS	135	156
Programa de integração social - PIS	29	34
Instituto nacional de seguridade social - INSS	-	90
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	11	-
Imposto sobre serviços - ISS	248	-
Outros	53	131
Total	<u>481</u>	<u>411</u>

12. Taxas regulamentares

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	320	821
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	14	12
Ministério de Minas e Energia - MME	7	6
Taxa de Fiscalização	12	15
TUSD	-	106
CFURH - Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	150	151
Total	<u>503</u>	<u>1.111</u>

13. Provisão para processos judiciais

A Companhia possui ações de natureza cíveis e trabalhistas, com classificação de perda provável que estão provisionadas em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 594 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	Saldo em 31/12/2020	Adições (reversões)	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2021
Trabalhistas	1	13	4	18
Cíveis	2	500	74	576
Total	3	513	78	594

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, sendo as mais representativas mencionadas abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas (a)	2.518	2.283
	2.518	2.283

a. Trabalhistas

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda.

14. Patrimônio líquido

14.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$138.350 divididos em 138.350.100 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada, distribuídas da seguinte forma:

Acionista	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade de Ações (unidades)	% de participação no capital	Quantidade de Ações (unidades)	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	138.350.100	100,00%	-	-
Enel Green Power Participações Ltda.	-	-	123.350.100	100,00%
Total	138.350.100	100,00%	123.350.100	100,00%

Em 4 de novembro de 2021, foi aprovada a incorporação da EGP Brasil Participações Ltda. pela Enel Brasil S.A., nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação.

Considerando que a incorporadora e a incorporada fazem parte do mesmo grupo econômico no exterior e que ambas as Companhias possuem o mesmo controlador, a incorporação está inserida em um projeto de simplificação da estrutura societária, do qual resultará maior eficiência administrativa e reforçando a sua capacidade econômico-financeira.

Como resultado desta incorporação, a EGP Brasil Participações Ltda. foi extinta de pleno direito e a Enel Brasil tornou-se sua sucessora e detentora das participações em controladas da incorporada. Dessa forma, a Enel Brasil passou a ser a controladora da Companhia.

14.2 Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

14.3 Reserva estatutária

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Conforme artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, o lucro remanescente (após destinações a reserva de legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinada a formação de reserva para reforço de capital de giro, observado o disposto no artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações. Tal reserva trata-se de reserva estatutária com as seguintes características: (i) sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da Companhia; (ii) será destinado à Reserva para Reforço de Capital de Giro o saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, após a constituição de reserva legal, a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% e constituição de reservas de lucros previstas no estatuto da Companhia e proposta pela Administração; (iii) a Reserva para Reforço de Capital de Giro deverá observar o limite previsto no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) a reserva poderá ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas..

15. Receita operacional líquida

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita operacional bruta		
Suprimento de energia elétrica	47.357	38.673
	47.357	38.673
Deduções da receita bruta		
PIS	(1.835)	(294)
Cofins	(397)	(1.358)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(440)	(352)
Compen. Financ. Utiliz. de Recursos Hídricos - CFURH	(555)	(681)
Taxa de fiscalização	(162)	(146)
	(3.389)	(2.831)
Receita operacional líquida	43.968	35.842

16. Pessoal e administradores

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pessoal		
Remuneração	1.064	1.089
Encargos	476	338
Assistência médica	298	251
Participação nos lucros e resultados - PLR	10	130
Outros	547	241
Total	2.395	2.049

17. Resultado financeiro

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	74	282
Variações monetárias e cambiais ativas	28	-
Outras receitas financeiras	143	368
Total da receitas financeiras	<u>245</u>	<u>650</u>
Despesas financeiras		
Atualização de impostos e multas	(156)	-
Variações monetárias e cambiais passivas	(40)	-
Impostos sobre operações financeiras	(172)	(9)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	(681)	(20)
Outras despesas financeiras	(26)	(87)
Total da despesas financeiras	<u>(1.075)</u>	<u>(116)</u>
	<u>(830)</u>	<u>534</u>

18. Imposto de renda e contribuição social

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita de suprimento de energia elétrica	60.852	45.276
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	4.868	3.622
Rendimento de aplicações financeiras	74	282
Variações monetárias e cambiais ativas	28	-
Outras receitas	143	368
Total base de cálculo	<u>5.113</u>	<u>4.272</u>
Alíquota do imposto de renda (15%)	(767)	(641)
Alíquota do imposto de renda (10%)	(487)	(403)
Total do imposto de renda	<u>(1.254)</u>	<u>(1.044)</u>
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	7.302	5.433
Rendimento de aplicações financeiras	74	282
Variações monetárias e cambiais ativas	28	-
Outras receitas	143	368
Total base de cálculo	<u>7.547</u>	<u>6.083</u>
Alíquota da contribuição social (9%)	(679)	(548)
Total imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(1.933)</u>	<u>(1.592)</u>

19. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a débitos com partes relacionadas, obrigações com fornecedores e outras contas a pagar, que resultam diretamente de suas operações. Os principais ativos financeiros da Companhia consistem em caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros créditos e créditos com parte relacionada, que também resultam diretamente de suas

operações.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são como segue:

	Categoria	Nível	31/12/2021		31/12/2020	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	1.277	1.277	9.610	9.610
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	3.367	3.367	4.741	4.741
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	2	2.599	2.599	3.116	3.116
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	3.600	3.600	2.200	2.200
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	2	17.655	17.655	10.261	10.261
Dividemos a pagar	Custo amortizado	2	12.762	12.762	7.041	7.041

A Companhia se encontra exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios da Companhia podem ser assim resumidos:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial (que não afeta a Companhia neste momento dado as suas operações atuais).

a. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, que estão atreladas ao CDI. Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o

histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras.

Contas a receber

A Administração da Companhia entende que o risco de crédito se encontra mitigado de forma substancial, mesmo havendo a concentração das contas a receber em poucos clientes, em função da reputação destas empresas e do histórico de ausência de perda na realização das contas a receber, resultando na avaliação do risco de crédito como baixo.

Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens. Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia em um fator médio ponderado. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Administração.

20. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela sua Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Riscos	Data de vigência		Importância Segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Risco operacional	31/10/2021	31/10/2022	223.422	6.569.700
Responsabilidade civil	31/10/2021	31/10/2022	n/a	56.407

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral temos um valor limite que contempla todas as empresas do grupo.

21. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário

Apresentamos a seguir a reconciliação das informações apresentadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil com as informações regulatórias.

Notas	2021			2020		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	1.277	-	1.277	9.610	-	9.610
Contas a receber de clientes	3.367	-	3.367	4.741	-	4.741
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	-	-	-	67	-	67
Outros tributos compensáveis	59	-	59	53	-	53
Créditos com partes relacionadas	2.599	-	2.599	3.116	-	3.116
Ativos financeiro - Bonificação de Outorga	21.1	5.808	-	-	(5.447)	-
Outros créditos	700	-	700	612	-	612
Total do ativo circulante	13.810	(5.808)	8.002	23.646	(5.447)	18.199
Não circulante						
Depósitos vinculados a litígios	10	-	10	10	-	10
Ativos financeiro - Bonificação de Outorga	21.1	138.916	-	131.185	(131.185)	-
Imobilizado	21.1	95.488	(1.152)	94.336	(1.130)	34.443
Intangível	21.1	915	106.199	107.114	1.485	112.084
Total do ativo não circulante	235.329	(33.869)	201.460	168.253	(21.716)	146.537
Total dos ativos	249.139	(39.677)	209.462	191.899	(27.163)	164.736
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	3.600	-	3.600	2.200	-	2.200
Folha de pagamento	485	-	485	347	-	347
Imposto de renda e contribuição social a pagar	429	-	429	521	-	521
Outras obrigações fiscais	481	-	481	411	-	411
Débitos com partes relacionadas	17.655	-	17.655	10.261	-	10.261
Dividendos a pagar	12.762	-	12.762	7.041	-	7.041
Taxas regulamentares	503	-	503	1.111	-	1.111
Outras obrigações	451	-	451	124	-	124
Total do passivo circulante	36.366	-	36.366	22.016	-	22.016
Não circulante						
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	594	-	594	3	-	3
Total do passivo não circulante	594	-	594	3	-	3
Patrimônio líquido						
Capital social	147.568	-	147.568	123.350	-	123.350
Reservas de lucros	64.611	-	64.611	46.530	-	46.530
Prejuízos acumulados	22	(39.677)	(39.677)	-	(27.163)	(27.163)
Total do patrimônio líquido	212.179	(39.677)	172.502	169.880	(27.163)	142.717
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-
Total dos passivos e patrimônio líquido	249.139	(39.677)	209.462	191.899	(27.163)	164.736

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

21. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário--Continuação

Notas	2021			2020		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Receita operacional bruta						
Suprimento de energia elétrica	47.357	-	47.357	38.673	-	38.673
Atualização do bônus de concessão	21.1	13.795	(13.795)	6.603	(6.603)	-
	61.152	(13.795)	47.357	45.276	(6.603)	38.673
Deduções da receita bruta						
PIS	(1.835)	-	(1.835)	(294)	-	(294)
Cofins	(397)	-	(397)	(1.358)	-	(1.358)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(440)	-	(440)	(352)	-	(352)
Compen. Financ. Utiliz. de Recursos Hídricos - CFURH	(555)	-	(555)	(681)	-	(681)
Taxa de fiscalização	(162)	-	(162)	(146)	-	(146)
Amortização bônus de concessão	21.1	(5.703)	5.703	(5.296)	5.296	-
	(9.092)	5.703	(3.389)	(8.127)	5.296	(2.831)
Receita operacional líquida	52.060	(8.092)	43.968	37.149	(1.307)	35.842
Custos e despesas						
Energia elétrica comprada para revenda	(16.309)	-	(16.309)	(464)	-	(464)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	(1.221)	-	(1.221)	(1.196)	-	(1.196)
Pessoal e administradores	(2.395)	-	(2.395)	(2.049)	-	(2.049)
Serviços de terceiros	(2.448)	-	(2.448)	(1.699)	-	(1.699)
Materiais	(317)	-	(317)	(360)	-	(360)
Seguros	(349)	-	(349)	(110)	-	(110)
Depreciação e amortização	21.1	(1.255)	(4.422)	(5.677)	(9)	(5.164)
Provisão/reversão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(778)	-	(778)	-	-	-
Provisão/reversão para créditos de liquidação duvidosa	(5)	-	(5)	(6)	-	(6)
Impostos, taxas e contribuições	(104)	-	(104)	(372)	-	(372)
Outras despesas operacionais	(403)	-	(403)	(182)	-	(182)
	(25.584)	(4.422)	(30.006)	(6.447)	(5.155)	(11.602)
Resultado da atividade	26.476	(12.514)	13.962	30.702	(6.462)	24.240
Resultado financeiro						
Despesas financeiras	(1.075)	-	(1.075)	(116)	-	(116)
Receitas financeiras	245	-	245	650	-	650
	(830)	-	(830)	534	-	534
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	25.646	(12.514)	13.132	31.236	(6.462)	24.774
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.933)	-	(1.933)	(1.592)	-	(1.592)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	23.713	(12.514)	11.199	29.644	(6.462)	23.182

A seguir apresentamos a natureza e as devidas fundamentações dos ajustes apresentados no quadro acima:

21.1. ICPC01 – Contratos de concessão - Bonificação pela Outorga

21.1.1 Ativo financeiro - contas a receber vinculado à concessão

A Enel Green Power Paranapanema firmou em 05 de janeiro de 2016, por 30 anos, contrato de concessão em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com pagamento da Bonificação pela Outorga - BO, no montante de R\$132.738, fixados pela Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 18 de setembro de 2015 e no Edital do Leilão Aneel nº 12/2015.

O Poder Concedente realizou o leilão para outorga da concessão mediante a contratação de serviço de geração de energia elétrica, pelo menor valor do somatório do custo de Gestão dos Ativos de Geração - GAG e do Retorno da Bonificação pela Outorga - RBO, os quais compõe a remuneração da Companhia, denominada de Receita Anual de Geração - RAG.

O ICPC 01, é o pronunciamento/interpretação técnica apropriado para avaliação de qualquer aspecto relacionado aos contratos de concessão. Com relação aos investimentos realizados pela companhia para melhoria e manutenção das Usinas de Geração e outros ativos relacionados representa claramente parte do serviço prestado ao poder concedente, uma vez que não obstante a operação, a Companhia também é responsável pela manutenção de toda a Usina

Dessa forma, em virtude de ser um crédito a receber relacionado ao contrato de concessão composto pelo Retorno da Bonificação pela Outorga, garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, a Enel Green Power Paranapanema classificou o montante a receber da Bonificação pela Outorga como ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão. A amortização corresponde aos valores recebidos mensalmente. Esse ativo não possui um mercado ativo, apresenta fluxo de caixa fixo determinável, e, portanto, foi classificado como 'empréstimos e recebíveis', inicialmente estimado com base no respectivo valor justo posteriormente mensurado pelo custo amortizado, calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

Diante do exposto, e como a ANEEL não adotou o ICPC 01, há uma diferença de tratamento contábil entre a contabilidade regulatória e societária.

21.1.2 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização deduzido da amortização acumulada. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear, baseada na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL no nº674, de 11 de agosto de 2015, (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

Conforme descrito na nota explicativa nº 21.1, na contabilidade societária foi realizado o registro do valor pago pela Bonificação de Outorga - BO, fixado pela Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 18.09.2015 e Edital do Leilão Aneel nº 12/2015, conforme dispõe a Lei nº 12.783/2013 que vem sendo amortizado de forma linear até o término do prazo da bonificação. Tal registro não se aplica para contabilidade regulatória, gerando assim, uma diferença com a contabilidade societária.

22. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	Nota	2021	2020
Patrimônio líquido societário		212.179	169.880
<u>Efeito dos Ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</u>			
Adoção ICPC01 - Bonificação pela Outorga	21.1	(39.677)	(27.163)
Patrimônio líquido regulatório		172.502	142.717

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

23. Conciliação lucro líquido societário e regulatório

	Nota	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido societário		26.476	29.644
<u>Efeito dos Ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</u>			
Adoção ICPC01 - Bonificação pela Outorga			
Atualização do bônus de concessão	21.1.1	(13.795)	(6.603)
Amortização bônus de concessão	21.1.1	1303	5.296
Depreciação e amortização	21.1.2	(22)	(5.155)
Patrimônio líquido regulatório		<u>13.962</u>	<u>23.182</u>

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias 2021

Os Diretores da Enel Green Paranapanema S.A. ('Companhia'), inscrita no CNPJ/MF Nº 23.842.003/0001-78, com sede na cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro- RJ, 29 de abril de 2022.

Roberta Bonomi
Diretora Presidente

Fabio Destefani Campos
Diretor de Operação e Manutenção

Camilo Rebollo Couto
Diretor de Construção



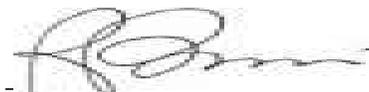
TERMO DE RESPONSABILIDADE Demonstração contábil regulatória - DCR

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas prevista em Lei, a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades às quais ficaremos sujeitos.

Estamos cientes de que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeita a Outorgada às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como os signatários, às previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2022.

Outorgada: EGP Paranapanema S.A.


Assinado por: ROBERTA BONOMI

Diretora- Presidente


Mara Ayesha Lopez Berrios LOPEZ BERRIOS
Responsável da Administração
Camila Silva de Mello DE MELLO
Contadora CRC 1RS083577/O-5

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004
Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:(...)
X - fornecer informação falsa a ANEEL;

CÓDIGO PENAL
Art. 171 Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.